

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/03/2013 a 31/03/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Bolsa Família sustenta um em cada três assentados. Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013	3
‘A gente não tem ajuda do Incra’, diz assentado. Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013	5
‘O modelo de reforma agrária é fracassado’ Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013	6
Reforma agrária não atenderá a todos que sonham com terra – O Globo, País. 02/03/2013	8
‘A terra, por si só, não resolve’, diz líder do MST – Cleide Carvalho. O Globo, País. 02/03/2013	9
A nova rota da reforma agrária no Brasil. Pepe Vargas e Carlos Guedes - Folha de São Paulo, Opinião. 03/03/2013	10
Incra/SE conquista novo imóvel para a reforma agrária em Itapicuru – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/03/2013	11
Dilma promete acelerar reforma agrária com terra de qualidade. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 05/03/2013	12
Dilma diz que fará reforma agrária com terra de qualidade – Folha de São Paulo, Poder. 06/03/2013	14
Dignidade Rural. Fernando Prioste – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 07/03/2013	14
Incra e Governo do Ceará titulam 1,8 mil agricultores familiares de Tauá (CE) e região – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2013	15
São Paulo(SP): Alimentação escolar conta com produtos da agricultura familiar e reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2013	17
Reforma agrária avança em Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2013	18
AL - Polícia Federal cumpre determinação judicial e retoma mais lotes irregulares para o Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013	18
Incra compra fazenda para assentar 200 famílias no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013	19
Para acelerar reforma agrária Incra quer destravar processos. Fernando Exman – Valor Econômico, Brasil. 22/03/2013	20

Bolsa Família sustenta um em cada três assentados. Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013

Sem condições de viver do cultivo da terra, 339 mil famílias recebem o benefício

Entre 1994 e 2011, o governo quase multiplicou por dez o número de assentamentos no país, de 934 para 8.565. Nos dois melhores anos para os sem-terra, 2005 e 2006, foram assentadas 263.864 famílias, o que significa cerca de 1,055 milhão de pessoas. É como se toda a população de Campinas, interior de São Paulo, ou de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio, tivesse sido reinstalada para começar vida nova. Já foram distribuídos 87 milhões de hectares (10,8% do território nacional). Mas a distribuição de terras não resolveu o principal problema dos sem-terra: a pobreza.

Hoje, 36% das famílias assentadas dependem de ajuda do Bolsa Família para sobreviver. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 339.945 das 945.405 famílias que vivem em assentamentos recebem o benefício destinado aos 22 milhões de brasileiros classificados como miseráveis (renda por pessoa de até R\$ 70, para famílias com ou sem filhos, e de até R\$ 140 para famílias com filhos).

Se consideradas todas as famílias de assentados inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social que são pobres o suficiente para fazer jus a algum tipo de programa social (renda mensal por pessoa de até R\$ 339), o número sobe para 466.218, o equivalente a quase metade (49%) de todas as que já receberam terras no país. Ou seja, de cada dez assentados, entre quatro e cinco não alcançaram emancipação financeira que permita retirar da terra, além do sustento, algum dinheiro para vestir, educar os filhos e ter confortos, desejos primários para quem se insere no mercado consumidor capitalista, cuja origem é justamente a propriedade da terra.

A situação dos assentamentos levou o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, a dizer em fevereiro que eles se assemelham a “favelas rurais”. Em janeiro, O GLOBO mostrou que oito em cada dez jovens já deixaram os assentamentos em busca de uma vida melhor, ou pretende fazê-lo, segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf).

— Quando se candidatam à terra eles já são pobres. Depois de assentados, a qualidade de vida melhora, mas não muda o status de família pobre — diz Alexandre Valadares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os especialistas são unânimes ao listar os problemas da reforma agrária brasileira que impedem as famílias de gerar renda significativa. A começar pela qualidade das terras e o tamanho das propriedades, consideradas pequenas. Vários assentamentos são feitos em áreas de solo ruim ou que já foi esgotado pelo uso excessivo. Além disso, o crédito é difícil e escasso e os beneficiários têm dificuldade para se articular em torno de elementos fundamentais para o sucesso da produção, como obtenção de técnicas mais

avançadas ou negociação com canais de distribuição e venda das mercadorias produzidas.

Os entraves levam muitos assentados a usar a terra só para morar e plantar para consumo próprio. Em sua tese de doutorado na Faculdade de Ciências Agrônômicas da Unesp-Botucatu, defendida em 2011, Marcelo Magalhães diz que o grau de ocupação efetiva das terras disponibilizadas pelo Incra é baixo, só 23,6%, o que sequer permite o desenvolvimento de ganhos de escala.

Muitos assentados buscam ocupação fora de suas terras. Fazem serviços temporários em grandes propriedades rurais do entorno ou são prestadores de serviços nos centros urbanos próximos, em geral com trabalhos mal remunerados, como pedreiros.

Crateús (CE) é um retrato dos erros de um modelo de reforma agrária que perpetua pobreza. O nome da cidade significa “coisa seca ou lugar seco”. Em junho passado, nove servidores do Incra foram condenados numa ação de improbidade administrativa por desapropriar, por R\$ 622 mil, um imóvel rural considerado “imprestável” para assentamento, além de levar o órgão a gastar mais R\$ 387 mil para tentar viabilizar o inviável, ou seja, o plantio.

O município abriga sete assentamentos federais e pelo menos 12 estaduais onde imperam, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Emater), culturas de subsistência (milho, mandioca e feijão) e dependência de recursos de programas sociais. Com 20% da população classificada como extremamente pobre, Crateús tem 10.386 famílias listadas no Bolsa Família, das quais pelo menos 1.514 são classificadas como agricultores familiares e assentados.

— A maioria dos assentados espera por tudo do governo. E quem pegou crédito está inadimplente, à espera de anistia. Falta interesse — diz Wilson Mourão Soares, gerente da Emater no município.

No Ceará, 47% dos assentados têm renda máxima de um salário mínimo. Pior: 44% dessa renda são benefícios sociais dados pelo governo e 8% correspondem a ganhos com trabalhos externos, fora das terras recebidas. A produção agrícola responde por menos da metade da renda (48%), que já é pouca.

Mas há vários casos de reforma agrária bem sucedidos. Os assentamentos no país respondem por 9% da produção nacional de arroz e entre 8% e 11% dos feijões consumidos no Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2006. Em Santa Catarina, 76% da renda dos assentados são provenientes da posse da terra, seja produção de leite ou cultivo. Em Santa Catarina, os assentamentos são menores em extensão e em número de famílias, e inseridos numa região onde a agricultura familiar é tradição.

Um estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos, publicado em 2010, dá mostras do que pensam os assentados: 57,89% disseram que as estradas de acesso às terras são péssimas ou ruins,

percentual que sobe para 65% no Norte e Nordeste; 21% que a água é insuficiente; e 56,14% informaram que não têm energia elétrica ou que o fornecimento é irregular.

O economista Guilherme Lambais, em sua tese de mestrado no Instituto de Economia da Unicamp, diz que a reforma agrária melhora a segurança alimentar, já que o beneficiário, pelo menos, planta para comer, mas ressalta que falta aos assentados um requisito fundamental para prosperar: o empreendedorismo.

— Muitos não buscam financiamento porque temem o risco e, por isso, não vivem da terra. Ou vão trabalhar fora ou vivem da assistência do governo. Não basta dar a terra, é preciso retirar as pessoas da armadilha da pobreza — afirma Lambais.

Segundo Lambais, os assentamentos mais bem sucedidos entre os visitados por ele num trabalho sobre o programa Cédula da Terra, onde os sem-terra financiam a aquisição da área, são os que têm uma liderança técnica, não política.

— As associações de assentados devem ser livres de interferências políticas para que os interessados possam se juntar por características semelhantes, com um objetivo comum. Há comunidades que se juntaram para plantar maracujá, por exemplo — afirma o economista da Unicamp.

‘A gente não tem ajuda do Incra’, diz assentado. Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013

Maioria dos sem-terra da zona canavieira de PE vive com o Bolsa Família

Escada (PE) e Agudos (SP) Em assentamentos rurais na zona canavieira de Pernambuco, é difícil encontrar uma residência não contemplada com o Bolsa Família. Nos municípios de Escada e Palmares, famílias de sem-terra sobrevivem apenas desse benefício ou o utilizam para complementar a renda que conseguem fazendo “ôias” (biscates) no corte de cana ou na construção civil. No assentamento Pirauíra, em Escada, a 62 quilômetros de Recife, há famílias morando em casas de taipa e em estrebarias. O assentado José Amaro Martins, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), diz que a única renda certa dele, da mulher e dos dois filhos são os R\$134 do programa do governo.

No São João da Prata, em Palmares, a 125 quilômetros do Recife, mais de 80% dos lavradores recebem o benefício do governo no assentamento, coordenado pela Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape). Em situação um pouco melhor do que os de Escada, os assentados de Palmares moram em casas de alvenaria, mas sem abastecimento de água, que só chega nas casas em cacimbas.

Segundo o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares, Gilvanildo Marques dos Santos, o Incra só decidiu construir as residências dos assentados após muita pressão dos movimentos sociais, já que os ex-sem-terra tiveram as casas de taipa destruídas numa cheia em 2010.

Cícero Cavalcanti da Silva, de 45 anos, luta com a mulher, Severina Maria de Lima, de 44, para sustentar sete filhos, com idades de 7 meses a 18 anos. Após enfrentar desemprego na entressafra de cana, conseguiu emprego fixo numa usina e está, finalmente, ganhando um salário mínimo, o que dá uma renda de R\$ 75 por pessoa. Diz que não pode abrir mão dos R\$ 268 da ajuda federal.

— O dinheiro do Bolsa Família é o certo. Emprego a gente tem hoje, mas não amanhã. A gente não tem nenhuma ajuda do Incra. Nem crédito nem assistência técnica, e, este ano, o roçado não rendeu nem uma macaxeira (aipim) devido à seca. Se não fizer um bico lá fora e não tiver a ajuda, vai viver de quê? — indaga Cícero.

Situação semelhante foi constatada no município paulista de Agudos, onde vive Maria Aparecida Fernandes, de 37 anos. Abandonada pelo marido, ela viveu cinco anos com os três filhos à beira da estrada. Foi atraída pela possibilidade de ganhar um lote de terra, onde poderia ter uma casa, plantar e tirar dali seu sustento. Foi parar num acampamento do MST, na região de Bauru, em São Paulo. Em 2009 conseguiu um lote no assentamento Loiva Lurdes, na estrada que liga os municípios de Agudos e Borebi (SP).

Maria ocupou seus seis alqueires de terra em 2010. No fim de 2011, o assentamento passou a ter água e luz. Mas, até hoje, para sair de casa ou voltar, tem de caminhar 6,2 quilômetros por uma estrada de terra. Ela não produz nada. Já plantou e vendeu pimenta, sem sucesso. Hoje, tem três pés de jiló, dois de pimenta e quatro árvores frutíferas em volta da casa inacabada. Com filhos, com idades entre 17 e 20 anos, vive do salário de um deles, que trabalha como pedreiro na cidade, de um auxílio-doença do INSS, de R\$ 70 do Bolsa Família e de R\$ 38 do Benefício Jovem, pago a um filho menor de idade.

Da terra, não vê um centavo. Não pegou o crédito de R\$ 20 mil do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para investir, temendo não conseguir pagá-lo.

— Aqui era fazenda de cana, que deixou a terra ruim. Mandeí analisar e disseram que o solo é ácido, precisa de muito calcário. Tentei plantar horta mas, quando começa a crescer, morre tudo — diz Maria, que cursou até a 6ª série do ensino fundamental e, agora, junta sementes de seus pés de jiló para tentar aumentar a plantação.

Maria comprou três vacas com dinheiro dos filhos, que fazem bicos, mas hoje só tem duas. Uma quebrou a perna e Maria pediu ajuda do Incra, que não mandou veterinário. Ela e os filhos tentaram fazer “uma cirurgia”, que não deu certo, e a vaca morreu. Com dó de comer a carne, deu o bicho morto para outro assentado.

— Ninguém aqui teve coragem de comer — diz Maria, com os olhos cheios d’água.

‘O modelo de reforma agrária é fracassado’ Cleide Carvalho – O Globo, País. 02/03/2013

A situação de miséria nos assentamentos rurais do país é resultado de um modelo de reforma agrária fracassado.

A avaliação é do professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Antônio Márcio Buainain, especialista em questões agrárias. Para ele, o governo federal deveria focar os investimentos em propriedades com potencial produtivo, em vez de distribuir os recursos por igual. Ele observa que muitos assentamentos estão em locais de difícil acesso e são dados a famílias que não têm aptidão para se tornarem produtoras rurais, o que torna as propriedades inviáveis economicamente.

O que explica a atual situação de miséria nos assentamentos rurais brasileiros?

O modelo atual de reforma agrária é fracassado. É fracassado porque selecionam mal as terras e a localização delas, muitas das famílias não têm nenhuma aptidão para serem produtoras rurais e o apoio dado a elas é insuficiente. Os sistemas produtivos adotados são equivocados porque, cada vez mais, estão pautados em ideologia, e não em funcionalidade. Os casos de sucesso são, infelizmente, poucos. E não vejo perspectiva de que seja diferente se continuar o atual modelo.

Qual seria o melhor modelo de assentamento rural que poderia ser adotado pelo governo federal?

O Brasil não precisa mais de uma reforma agrária para apenas distribuir terras. O Brasil deve lançar mão de modelos de reutilização de terras e de produção familiar articulada com o setor industrial. O país é outro desde o início das discussões sobre reforma agrária e ainda se pretende adotar o modelo da década de 1950, como se nós tivéssemos latifúndios improdutivos para distribuir e como se tivéssemos camponeses sem terras.

Por que cada vez mais essas famílias têm dependido de programas sociais?

Não seria uma anormalidade se o programa Bolsa Família, do governo federal, fosse dado às famílias no momento inicial dos projetos. Essas pessoas, teoricamente, são pobres e, quando chegam a um assentamento rural, precisam de algum tempo para se viabilizarem como produtores. Seria normal que esses assentados, em um primeiro momento, tivessem acesso ao Bolsa Família, como têm a outros benefícios. A anormalidade é que esse benefício tem virado permanente, mostrando que, mesmo passados três ou quatro anos, as famílias sequer conseguem produzir o suficiente para superar o estágio de pobreza. Então, o fato de as famílias receberem de forma continuada o Bolsa Família reflete o fracasso do atual modelo.

Em médio prazo, que alternativas poderiam ser adotadas pelo governo federal para substituir o Bolsa Família na renda dessas pessoas?

É necessário selecionar, entre os assentamentos, aqueles que são efetivamente viáveis e investir na recuperação e viabilização econômica deles. Há assentamentos que podem ser viáveis: estão localizados em regiões com acesso, com terras de fertilidade minimamente aceitável e com tamanho de lote compatível com a instalação de sistemas

produtivos. Ou seja, investir nos projetos que sejam viáveis. Infelizmente, muitos são inviáveis e essas famílias talvez estejam condenadas a receber o Bolsa Família por bastante tempo. Elas vão deixar de receber o Bolsa Família quando os filhos se inserirem em outros mercados e tiverem maior acesso à educação. A grande maioria dos projetos implementados no semiárido, por exemplo, são inviáveis, tanto em tempo de seca como em ano bom.

Mas o que seria feito com os assentamentos considerados inviáveis?

Não adianta distribuir o dinheiro em todos os projetos, como é feito. Seria melhor concentrar nos com viabilidade econômica, que têm sustentabilidade ambiental. Os demais, aos poucos, se tornariam locais de moradia, onde as pessoas poderiam morar com dignidade e, aos poucos, iriam se inserir em outros setores da economia.

Reforma agrária não atenderá a todos que sonham com terra – O Globo, País. 02/03/2013

Incra diz que prioridade é aumentar o apoio aos já assentados

Nem todas as 116 mil famílias de sem-terra que pleiteiam ser beneficiadas pelo programa de reforma agrária serão atendidas. Parte delas poderá ser direcionada a outros programas de geração de emprego e renda do governo federal. A informação é do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes. Segundo ele, 60% deste público estão na Região Nordeste, mas o órgão vai passar a avaliar não só o perfil das famílias, mas também as condições das terras reivindicadas e a viabilidade econômica dos futuros projetos de reforma agrária. Segundo dados de dezembro de 2011, 4,2 milhões de brasileiros vivem em assentamentos.

— Nem todas as famílias demandantes irão para assentamentos. Podemos gerar outras oportunidades de emprego e renda para elas — diz

Guedes admite que o número de famílias que recebem benefícios sociais é alto, mas argumenta que elas enfrentam dificuldades e afirma que o governo está adotando políticas públicas que tornem os assentamentos produtivos e rentáveis.

Na avaliação do presidente do Incra, o Brasil ainda tem áreas aptas a abrigar projetos de reforma agrária, mas eles só serão feitos em áreas com potencial de desenvolvimento, de forma a permitir que as famílias beneficiadas passem a gerar renda da terra e ganhem emancipação econômica.

A prioridade do Incra hoje é aumentar os mecanismos de apoio aos já assentados, como a inclusão no programa Minha Casa Minha Vida, no Água para Todos, e a abertura de acessos aos lotes. Também foi iniciado um projeto de inclusão econômica dos assentados, que deve beneficiar inicialmente 51 mil famílias. Os estados com maior número de assentados inclusos no projeto são Pará, Pernambuco e Maranhão. Até junho

deste ano, o Incra deverá triplicar o número de assentados que fornecem ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), chegando a 45 mil.

— O Incra era provedor de todas as políticas para os assentados, e isso vamos mudar radicalmente — disse.

Guedes reconhece a dificuldade das famílias de gerar renda nas terras recebidas. Ele lembra, por exemplo, que muitas das beneficiadas nos anos 90 e na década seguinte são oriundas de áreas urbanas. Na Região Norte, por exemplo, muitos eram trabalhadores de garimpo, sem qualquer experiência no cultivo da terra.

— Eram pessoas cuja última alternativa era recorrer ao programa de reforma agrária, e havia muitas fazendas e áreas mantidas apenas como reserva de valor. Hoje, a realidade do campo mudou, e as políticas públicas estão chegando e gerando outras oportunidades. A reforma agrária já não é a saída exclusiva — diz.

Guedes lembrou que o Brasil se transformou em grande player da agricultura mundial, com muitas regiões de produção consolidada. Mesmo assim, ainda há áreas em que a estrutura fundiária atual não gera dinamismo econômico, o que permite a intervenção do governo.

‘A terra, por si só, não resolve’, diz líder do MST – Cleide Carvalho. O Globo, País. 02/03/2013

Para ele, produção não é maior por falta de assistência técnica e crédito

— A terra, por si só, não resolve. Só a terra não basta. Junto com a política de assentar é preciso que haja assistência técnica, crédito, oferta de sementes e compra da produção — diz ele.

Conceição afirma que, no Nordeste, a seca levou os assentados a perderem no ano passado milhares de hectares de produção. Ele não concorda, porém, que as terras alvo de assentamento sejam de qualidade baixa:

— Não concordo que as terras sejam ruins. Tem muita terra não adaptada, mas é preciso que o governo ajude na recuperação do solo. Terra ruim é terra concentrada em latifúndios, terra improdutiva. Existem milhares de técnicas de recuperação de solo e produtividade a serem aplicadas.

O líder do MST afirmou que as pessoas que moram nas cidades e se inscrevem em programas de reforma agrária são aquelas que migraram do campo, forçadas pelo processo de urbanização. Segundo ele, a maioria não perde a capacidade de trabalhar a terra:

—A agricultura camponesa é a profissão mais fácil de aprender. É mais fácil do que estudar para ser mecânico. Temos muitos ex-cortadores de cana, gente que trabalhou com café, com cacau, que teve de se mudar para as cidades.

Segundo Conceição, assentamentos criados com base no MST são hoje os maiores produtores de arroz orgânico do país, têm participação grande na bacia leiteira do Sul e Sudeste, produzem milhares de galinhas caipira e uvas irrigadas no Piauí. Também no Nordeste, na região do São Francisco, há dezenas de assentados trabalhando com fruticultura irrigada:

— Produzimos muito mais do que se imagina. E produzimos no sistema de agroecologia, sem veneno — diz, acrescentando que os assentamentos são fornecedores de alimentos para a Conab e para o programa de merenda escolar em grande quantidade.

A nova rota da reforma agrária no Brasil. Pepe Vargas e Carlos Guedes - Folha de São Paulo, Opinião. 03/03/2013

A desigualdade caiu mais no campo do que na totalidade do país. Agora, é preciso conectar essas mudanças ao desenvolvimento nacional

O Brasil promoveu a maior política de acesso à terra do mundo em pleno século 21. Os 87 milhões de hectares destinados à reforma agrária equivalem em dimensão a 27% das terras agrícolas do país. Eles já superam, em número e área, o total dos imóveis rurais brasileiros com extensão superior a 5.000 hectares.

Tal atuação, na sua maioria realizada durante os governos Lula e Dilma, contribuiu significativamente para a redução da desigualdade de renda no meio rural brasileiro.

Estudo da Fundação Getulio Vargas de 2009 aponta que o índice de Gini da renda era 0,489 na área rural - cerca de 10,3% inferior ao do conjunto do país. No período de 2003 a 2009, a queda da desigualdade foi de 8,3% no campo contra 6,5% na totalidade do país.

Os assentamentos têm produção e contribuem para a conservação ambiental. A publicação "Censo 2006 e a Reforma Agrária" aponta que os assentamentos pesquisados geravam 1,8 milhão de postos de trabalho e R\$ 9,4 bilhões de valor bruto da produção, o equivalente a 4,3 salários mínimos mensais por estabelecimento.

No aspecto ambiental, foi registrada, em 2012, queda de 27% no desmatamento dentro dos projetos de assentamento na Amazônia Legal. A área desmatada equivale a apenas 0,5% da cobertura florestal existente nas áreas de reforma agrária. Mas 30% dessas ocorrências estão localizadas em 1% dos projetos. Eles já são objeto de atuação de controle por parte do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Acompanhando as mudanças no Brasil rural, há necessidade de conectar a reforma agrária aos grandes objetivos de desenvolvimento do país. A associação com o programa Brasil sem Miséria cria oportunidades para que famílias assentadas se beneficiem de uma ação integrada de governos, superando a visão colonizadora do Incra da década de 70.

Outros programas como Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos, Bolsa Família e Brasil Carinhoso melhorarão as condições de vida nos assentamentos. As parcerias com municípios para melhorar as estradas dos assentamentos por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Equipamentos se somam às ações em curso do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra.

O acesso mais fácil ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e aos programas de compras públicas de alimentos, a ampliação da assistência técnica e a entrada do Pronatec Campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) vão estimular o aumento da produção e da renda.

A atuação conjunta com o BNDES, a Fundação Banco do Brasil, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no programa "Terra Forte" permitirá apoio às agroindústrias dos assentamentos.

Os produtos da reforma agrária já estão chegando às prateleiras dos supermercados.

A nova rota da reforma agrária propõe uma agenda de trabalho composta pela ampliação das condições de autonomia das famílias assentadas e da produção de alimentos saudáveis por parte dos assentamentos. Também inclui identificação de regiões onde ainda é necessária a política de acesso à terra. Essa pode ser uma agenda pacífica e viável para a sociedade brasileira debater, aperfeiçoar e apoiar.

PEPE VARGAS é ministro do Desenvolvimento Agrário

CARLOS GUEDES é presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Incra/SE conquista novo imóvel para a reforma agrária em Itapicuru – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/03/2013

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe (Incra/SE), garantiu na última semana a conquista de mais um imóvel rural que será destinado ao assentamento de famílias sem-terra.

A Fazenda São João / Catu / Recreio, localizada no município de Itapicuru, no estado da Bahia, teve sua posse imitada em favor da autarquia federal em ato público realizado no próprio local no dia 28 de fevereiro. “A conquista da Fazenda São João reafirma um processo intensificado nos últimos anos, com o avanço das ações do Incra na região de Itapicuru, promovendo uma melhor distribuição fundiária e a melhoria da qualidade de vida de centenas de famílias”, analisou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra/SE.

Inserido em uma região com vocação para a produção de caju e o desenvolvimento da pecuária, o imóvel tornou-se objeto de uma ação judicial de desapropriação iniciada em setembro de 2012, depois de ter sido classificado como improdutivo em vistoria realizada pela autarquia federal.

Primeiro imóvel obtido pelo Incra/SE em 2013, a Fazenda São João/Catu/Recreio terá sua área de 768,6 hectares destinada à criação de um assentamento com capacidade para abrigar 23 famílias.

Antes da criação do projeto, os futuros beneficiários serão capacitados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/Campo), que oferecerá 30 mil vagas em três modalidades de bolsas: Formação Trabalhador – para agricultores familiares, acampados e assentados; Formação Trabalhador – para agentes de assistência técnica; e Formação Estudante – voltada para o público jovem.

Por meio de uma parceria entre Incra e Secretaria de Desenvolvimento Social de Itapicuru, as famílias do futuro assentamento também serão incluídas no Cadastro Único do Governo Federal, tendo garantido o acesso a programas sociais, como Bolsa Família, Brasil Sorridente e Brasil Carinhoso.

Novas áreas

Além de responder por todas as ações relacionadas à reforma agrária e ao ordenamento fundiário no estado de Sergipe, a superintendência sergipana do Incra atua, também, em uma área composta por 16 municípios baianos que fazem divisa com o estado de Sergipe.

Nessa região, no momento, encontram-se ajuizadas pelo Incra outras 10 ações de desapropriação, que poderão, em breve, ser revertidas na criação de novos assentamentos.

Dilma promete acelerar reforma agrária com terra de qualidade. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 05/03/2013

Depois do título de presidente que menos desapropriou imóveis rurais para a reforma agrária nos últimos 20 anos, Dilma Rousseff prometeu na noite desta terça-feira (5) acelerar a distribuição de terra de qualidade no país. Disse ainda que só promete o que pode cumprir.

"Eu vou acelerar a reforma agrária com terra de qualidade. Eu quero todo mundo cadastrado para ganhar terra", anunciou a presidente a uma plateia repleta de trabalhadores rurais durante o 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em Brasília.

Nos dois primeiros anos de Dilma, 86 unidades foram destinadas a assentamentos, número que só supera os de Fernando Collor (1990-1992).

A desaceleração do ritmo da reforma agrária parece ainda mais intenso uma vez que tanto os governos do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quanto os do petista Lula (2003-2010) foram marcados por uma política de intensa distribuição de terras.

FHC chegou a 3.535 imóveis desapropriados e disse ter assentado 540,7 mil famílias. Lula desapropriou 1.990 imóveis de 2003 a 2010 e afirma ter beneficiado 614 mil famílias.

Na avaliação hoje do governo, antes de dar mais terra, é preciso melhorar a qualidade dos atuais assentamentos, tornando-os mais produtivos. "Queremos que nossos assentados tenham condições de viver daquela renda. Não pode colocar em qualquer terra", disse Dilma.

"Bolsa esmola"

Nesta terça, contudo, Dilma não deu detalhes de quando vai começar a intensificar a desapropriação de imóveis para cumprir sua promessa.

Ela pediu ajuda aos trabalhadores rurais para acabar com a "miséria invisível", cadastrando famílias que não sabem que têm direito ao Bolsa Família. "Isso não é de maneira alguma, como eles diziam antes, bolsa-esmola. É um direito", disse Dilma, atacando aos críticos do principal programa social do governo federal.

Privilégios

Em carta encaminhada à presidente Dilma Rousseff nesta terça-feira (5), a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) pede mais diálogo com os movimentos sociais e reclama dos privilégios dados pelo governo federal ao agronegócio e aos grandes conglomerados internacionais.

Apesar de reconhecer o esforço do governo para distorções, para combater a miséria e apoiar a agricultura familiar, a Contag apontou a semelhança de discurso entre setores do governo e do agronegócio.

"Não conseguimos perceber a mesma postura de enfrentamento na relação com o agronegócio, especialmente quando afirmamos que este é o responsável pela prevalência da pobreza e da desigualdade no meio rural", diz o texto entregue à Dilma no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em Brasília.

O encontro foi organizado pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que reúne hoje mais 4 mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

"Já solicitamos uma audiência para entregar as reivindicações e esperamos que possamos negociar firmemente", disse Alberto Broch, presidente da Contag, que entregou a carta nas mãos da presidente Dilma.

Cansaço

Depois de mais de 40 minutos de discurso, Dilma confundiu caminhão-pipa com caminhão caçamba. Interrompeu o discurso para pedir desculpas e disse que estava cansada.

Cobrada pela plateia sobre a seca, Dilma disse: "Calma, vou chegar lá".

Dilma aproveitou para fazer um balanço dos principais programas do governo na área social, no combate à seca e ações de agricultura.

Dilma diz que fará reforma agrária com terra de qualidade – Folha de São Paulo, Poder. 06/03/2013

Depois do título de presidente que menos desapropriou imóveis rurais para a reforma agrária nos últimos 20 anos, Dilma Rousseff prometeu ontem à Contag acelerar a distribuição de terra de qualidade no país. Ela disse que só promete o que pode cumprir.

"Eu vou acelerar a reforma agrária com terra de qualidade. Eu quero todo mundo cadastrado para ganhar terra", anunciou Dilma no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Nos dois primeiros anos de Dilma, 86 unidades foram destinadas a assentamentos, número que só supera os de Fernando Collor (1990-1992).

Na avaliação de Dilma, antes de dar mais terra, é preciso melhorar a qualidade dos atuais assentamentos, tornando-os mais produtivos: "Queremos que nossos assentados tenham condições de viver daquela renda. Não pode colocar em qualquer terra", disse ela.

Dignidade Rural. Fernando Prioste – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 07/03/2013

"A reforma agrária pressupõe a democratização do acesso à terra e estruturas que viabilizem a produção. Logo, é impossível dizer que a reforma agrária não deu certo, pois ela não ocorreu".

Secretaria-Geral da Presidência da República, disse que alguns assentamentos do Incra são "quase favelas rurais". Foi a deixa que os opositores dos movimentos sociais do campo queriam para enterrar a reforma agrária.

Contudo, democraticamente a sociedade inscreveu na Constituição o marco legal da reforma agrária. Assim, o dever de fiscalização do cumprimento da função social da propriedade, e a consequente destinação das terras improdutivas, com danos ambientais e violações às leis trabalhistas à reforma agrária, é decisão política que a sociedade transformou em lei. Logo, se a Constituição não for alterada, a reforma agrária é política pública obrigatória.

Não é apenas por determinação da Constituição que a reforma agrária deve ser impulsionada. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por exemplo, recomendam sua realização como política pública para a erradicação da pobreza e efetivação de direitos humanos como a alimentação adequada e a educação. Para esses órgãos, a concentração

fundiária e a ausência de políticas públicas de produção para a agricultura familiar estão ligadas à pobreza e às desigualdades sociais.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil ocupa a segunda posição mundial na concentração da terra, perdendo para o Paraguai. O índice de concentração fundiária apurado em 2006 (0,872) aumentou ante aos apurados em 1985 (0,857) e 1995 (0,856). Até o ano de 1985 existiam 67 assentamentos de reforma agrária, com 117 mil famílias assentadas, totalizando 9,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária. Hoje existem 8.792 assentamentos, com 921 mil famílias, totalizando 85 milhões de hectares. Logo, mesmo com a expansão de assentamentos a concentração fundiária aumentou.

Por outro lado, as demandas por infraestrutura e assistência técnica não são exclusividade do MST. Também são reivindicações dos grandes produtores. A diferença é que uns são bem atendidos nesses reclamos há 500 anos, outros não. Que dizer do apoio histórico do Estado ao setor da cana-de-açúcar? As reivindicações dos movimentos sociais buscam consolidar uma política pública que, diferente daquelas assistencialistas, cria estruturas para a emancipação socioeconômica.

Dados do Censo de 2006 mostram que a agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos rurais, ocupando apenas 24,03% das áreas cultivadas, assim operando com renda cerca de dez vezes menor que os estabelecimentos da agricultura não familiar. Ainda assim, segundo o IBGE, a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno (60%), com 74% do total da mão de obra ocupada no campo.

A reforma agrária pressupõe a democratização do acesso à terra e estruturas que viabilizem a produção. Logo, é impossível dizer que a reforma agrária não deu certo, pois ela não ocorreu. Quem se opõe a esse processo democrático não tem compromisso com a Constituição e fomenta o aumento da desigualdade social. Ademais, se ainda há diversidade alimentar na mesa, agradeça a uma agricultora familiar. Do contrário, contente-se em comer milho, soja e carne nas três refeições. Fernando Prioste é advogado popular e coordenador da Terra de Direitos.

Incra e Governo do Ceará titulam 1,8 mil agricultores familiares de Tauá (CE) e região – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2013

No município de Tauá, a 347 km de Fortaleza, foi entregue no último sábado (09) um total de 1861 títulos de propriedade de terras a pequenos proprietários rurais, que tinham terra para plantar, mas não documento que comprovasse a posse. Através do Programa de Regularização Fundiária realizado no Ceará pela parceria Incra e Governo do Estado, eles agora possuem a segurança jurídica de seus imóveis rurais e podem acessar as políticas públicas de crédito voltadas à agricultura familiar, o que era difícil antes pela falta de documentação da terra.

Era o caso de Airton Batista Lima, morador do distrito Cachoeirinha/Sede, em Tauá. Sem o documento de propriedade da terra ele não tinha como acessar créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. "Eu tinha interesse em fazer o Pronaf, mas não dava por causa do documento", diz o agricultor, que planta milho e feijão em sua área de 13,5 hectares. "Mas agora com o título eu posso pensar em acessar o Pronaf", conclui.

Já Maria Holanda Cavalcante sempre teve o desejo de perfurar um poço em sua propriedade de 20 hectares, onde também planta milho e feijão. Mas a falta de documentos, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que permite o acesso ao programa, atrapalhava seus planos. "Agora com o título vou ao cartório ajeitar a escritura do imóvel, obter minha DAP e acessar o Pronaf para construir o poço", disse ela, feliz com o nome atual de sua propriedade, Sítio Maria. "Antes eu chamava de Central, mas depois que os técnicos fizeram a medição da minha área e começaram a chamá-la de Sítio Maria, gostei e comecei a chama-la assim também, ficou duas marias agora, eu e minha casa", disse rindo.

Maria e Airton estavam entre os trabalhadores rurais que lotaram a Quadra Esportiva da Escola Profissionalizante de Tauá para receber títulos de propriedade da terra, em solenidade organizada pelo Governo do Estado. Eles foram beneficiados pelo Programa de Regularização Fundiária do Ceará, realizado através de convênio entre o Incra e o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace). Através do Programa os imóveis rurais do município foram identificados e suas áreas delimitadas através de equipamentos e programas de georreferenciamento.

A meta é concluir, ao final do convênio, o levantamento de toda a malha fundiária do Ceará, o que significa ter o conhecimento da localização de todas as propriedades rurais do estado. O fato irá contribuir para melhorar a implementação e o planejamento de programas públicos voltados ao meio rural e também na atualização do Sistema Nacional de Cadastro de Terras (SNCR), alimentado pelo Incra.

Satisfação

A superintendente substituta do Incra/CE, Maria Denise Silva Aragão, representando a autarquia no evento, ressaltou "a grande satisfação" que a autarquia possui em realizar a parceria com o Governo do Estado, "que possibilita a todos os trabalhadores rurais ter as portas abertas às políticas públicas de crédito para investimentos na produção".

Já o secretário de Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, ressaltou que antes os pequenos proprietários de terra sem comprovação do título de propriedade podiam apenas acessar um tipo de Pronaf. "Agora, com o título, poderão pegar muito mais recursos do Pronaf", afirmou. Ele divulgou que foram concedidos no ano passado R\$ 380 milhões em créditos Pronaf no Ceará, valor bem acima dos cerca de R\$ 200 milhões concedidos em 2011, o que comprovaria, segundo ele, a eficácia do programa.

Também participaram do evento o vice-governador do Ceará, Domingos Gomes de Aguiar Filho, a prefeita de Tauá, Patricia Aguiar, representantes de órgãos federais como o Dnocs e a Embrapa, de instituições públicas do Estado e da prefeitura e políticos da região.

São Paulo(SP): Alimentação escolar conta com produtos da agricultura familiar e reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2013

O município de São Paulo efetuou na última segunda-feira (11) sua primeira compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a prefeitura adquiriu 240 toneladas de arroz parboilizado, fornecido pela Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante, de Querência do Norte (PR). A expectativa é que o município realize outras compras ao longo de 2013.

A entrega será feita em quatro carregamentos de 72 toneladas e vai beneficiar 150 mil alunos da rede pública municipal. Cada quilo de arroz foi comprado por R\$ 2,35, totalizando R\$ 540 mil. Pedro Bavaresco, coordenador das políticas de comercialização de produtos da agricultura familiar do MDA, considera muito importante a participação da capital paulista nas compras de produtos do segmento. "É de suma importância que São Paulo comece a comprar, já que eles são o município que mais possui verba para adquirir produtos da agricultura familiar", afirma Pedro.

São Paulo é a cidade com o maior valor de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Pnae. Em 2012, recebeu aproximadamente R\$ 72 milhões e, desse montante, R\$ 21,6 milhões devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar. O valor investido permitirá atender a mais de 860 mil alunos.

Pedro Bavaresco acredita que ao longo de 2013, 2014 seja ampliada a compra de produtos da agricultura familiar para atender as escolas municipais de São Paulo.

Mais compras

De acordo com Érika Fisher, diretora do Departamento Técnico de Merenda Escolar (DME) da prefeitura de São Paulo, o município está muito satisfeito com o produto. Ela afirmou que a compra pode ajudar a alavancar a agricultura familiar a nível nacional. "A secretaria de Educação é muito rígida. Então, eu tenho certeza que se a agricultura familiar consegue atender as premissas e entrar na alimentação escolar de São Paulo, ela vai angariar muitos outros negócios", garante Érika.

Está prevista ainda, para o primeiro semestre de 2013, mais quatro chamadas para aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo município de São Paulo. Em breve, a capital vai adquirir mais 480 toneladas de arroz parboilizado, 370 mil litros de óleo de

soja, além de seis milhões de unidades de 200 ml de suco - metade de suco de laranja, metade de néctar de pêsego.

Reforma agrária avança em Alagoas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2013

O Incra está destinando seis novos imóveis para projetos de assentamento de reforma agrária no Estado de Alagoas, que totalizam uma área de 2.132 hectares, com capacidade para 155 famílias. Três foram decretados pela presidenta Dilma em 20 de agosto de 2012 e outros três aguardam a imissão na posse desde dezembro de 2012, data em que foram depositados R\$ 5,7 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), correspondente ao valor ofertado para o pagamento dos imóveis Pedra Branca, localizado entre os municípios de Jundiá e Campestre, Arapuá e Curral de Fora, ambos no município de Mata Grande.

A Lei Complementar nº 76/1993 estabelece que, feito esse depósito, o juiz se manifestará em 48 horas pela imissão na posse do Incra. Só a partir dessa decisão, o Incra pode, de fato, criar o assentamento.

A Ouvidoria Agrária Nacional/MDA deverá oficialiar à Justiça Federal solicitando preferência nos processos, com o objetivo de agilizar a imissão do Incra na posse dos imóveis. O trabalho de mediação de conflitos realizado pela Ouvidoria Agrária Regional, em conjunto com a Ouvidoria Agrária Nacional, bem como a participação do Incra na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, confirmam a preocupação desses entes em promover a transparência e o amplo debate, com a finalidade de proporcionar a democratização do acesso à terra, em respeito à legislação e com o objetivo de promover a paz social no campo.

O Incra tem atuado com empenho na execução do Programa Nacional de Reforma Agrária. As áreas reformadas em Alagoas para a implantação de assentamentos ultrapassam os 110 mil hectares, nos quais o Incra criou 170 projetos de assentamentos, onde vivem 12.741 famílias.

O Incra está pronto para atender todos os requisitos legais de implantação dos assentamentos, assegurando às famílias assentadas que estejam integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, que tenham moradia de qualidade, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, água potável, pelo Programa Água para Todos, desenvolvido em parceria com o Ministério da Integração Nacional, assistência técnica e as demais condições para que possam trabalhar e viver com dignidade.

AL - Polícia Federal cumpre determinação judicial e retoma mais lotes irregulares para o Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013

Mais dois lotes da reforma agrária ocupados de maneira irregular foram retomados na tarde desta terça-feira (19/03), numa ação conjunta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Polícia Federal (PF).

O trabalho realizado no assentamento Dom Hélder Câmara, em Murici, no interior de Alagoas, foi coordenado por oficiais de Justiça que cumpriam mandado de reintegração de posse concedido pelo juiz federal Marcelo Barbi Gonçalves, da Vara Federal de União dos Palmares.

Novos mandados já foram obtidos para esse e outros assentamentos da Mata Norte alagoana. A atuação do Poder Judiciário e da Polícia Federal no caso é consequência das ações de fiscalização de lotes, realizadas pelo Incra em vários municípios do estado.

Esse foi o terceiro lote do assentamento Dom Hélder Câmara que teve sua posse reintegrada ao Incra. O órgão federal conseguiu mais duas sentenças favoráveis à retomada judicial, uma para o mesmo assentamento e outra para o assentamento Santa Luzia do Riachão, em São Luís do Quitunde. O Incra vai aguardar uma nova agenda determinada pela Justiça para realizar outras ações em parceria com a PF.

Na ação de retomada de lote realizada nessa terça-feira, a equipe responsável chegou no final da manhã ao assentamento. Houve reação por parte de um dos ocupantes irregulares, mas com a ajuda dos policiais federais e de técnicos do Incra, a desocupação se deu de forma pacífica.

No primeiro lote objeto da ação, os oficiais José Roberto Tenório e Francisco José Bertoldo de Barros argumentaram sobre a decisão judicial e explicaram que o ocupante exerceu seu direito de defesa durante todas as fases do processo. Convencido, o morador do local retirou seus pertences da casa, utilizando um caminhão enviado pelo Incra. O segundo lote já havia sido desocupado antes da chegada da polícia.

Os dois lotes retomados fazem parte de uma lista de 14 áreas do assentamento Dom Hélder Câmara, nas quais, depois de vistoria feita pelo Incra, foram detectadas irregularidades na ocupação. Como alguns dos ocupantes irregulares se negaram a deixar os lotes após decisão administrativa, a autarquia recorreu ao Judiciário.

As ilegalidades encontradas vão desde a compra e o arrendamento das áreas até a ausência no local com substituição por terceiros remunerados e o abandono do lote.

A superintendente do Incra/AL, Lenilda Lima, anunciou novas iniciativas da autarquia para a retomada de lotes em todas as regiões do Estado. "Afirmo no ano passado, quando fiz pessoalmente a primeira retomada, e repito agora: quem estiver ocupando de forma ilegal lotes da reforma agrária e quem contribuiu para isso sofrerão as consequências previstas em lei; não sossegarei enquanto não concluir a varredura em todos os assentamentos", destacou.

Incra compra fazenda para assentar 200 famílias no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/03/2013

Foi publicada nesta quarta-feira (20) a portaria assinada pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, para a aquisição da fazenda Mestiça, com 2.911 hectares, em Rio Branco do Ivaí, no estado do Paraná. A previsão é de que sejam assentadas no imóvel 200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Com a compra da área, avaliada em R\$ 24,5 milhões, chega ao fim um conflito agrário existente desde 2007, em um processo de negociação que envolveu os governos Estadual e Federal.

A área foi considerada apta tecnicamente para a implantação de projeto de assentamento de trabalhadores rurais e está em conformidade com as portarias nº 5 e 7, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estabelecem os procedimentos administrativos destinados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, com limite de R\$140 mil por família beneficiária, na região Sul.

O processo de compra foi feito com base no decreto federal nº433/92, que regulamenta a aquisição de áreas para fins de Reforma Agrária. Com a conclusão do processo, o Incra está autorizado a lançar R\$ 23,3 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), a serem convertidos na data de lançamento, com prazo de resgate de cinco anos. Além disso, serão pagos R\$ 1,2 milhão como indenização pelas benfeitorias úteis da propriedade. O custo do imóvel, por família beneficiária é estimado em R\$ 122,9 mil.

Conforme o decreto 433/92, que trata da aquisição de imóveis para fins de reforma agrária pela modalidade "compra e venda", o Incra pode obter áreas consideradas de interesse social, porém não passíveis de desapropriação. No processo de aquisição, assim como nos casos de desapropriação, o proprietário recebe compensação por valores de mercado, porém, com prazo menor para o resgate de títulos.

De acordo com o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, a aprovação da compra representa um grande avanço na implantação de uma política de desenvolvimento rural sustentável na região do Vale do Ivaí. "Essas 200 famílias que serão assentadas receberão assistência técnica e vão participar do programa Minha Casa, Minha Vida, conforme as diretrizes de planejamento estratégico definidas pelo Governo Federal", diz.

O futuro projeto de assentamento será implantado a cerca de 20 km do centro do município de Rio Branco do Ivaí, e deverá produzir alimentos livres de agrotóxicos para mercados institucionais, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE).

Para acelerar reforma agrária Incra quer destravar processos. Fernando Exman – Valor Econômico, Brasil. 22/03/2013

Com o sinal político dado pela presidente Dilma Rousseff de que o governo federal está disposto a acelerar a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) buscará destravar processos que estão parados na Justiça e poderiam

liberar 270 imóveis e cerca de 500 mil hectares para novos assentamentos. O assunto será alvo de uma reunião da cúpula do Incra com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, a ser agendada em breve.

Na avaliação do governo, a gestão poderá reduzir a demora nos julgamentos de processos relacionados à reforma agrária. Essas 270 propriedades rurais, por exemplo, estão localizadas em diversos Estados brasileiros e representam quase a metade dos 600 imóveis em discussão para a reforma agrária atualmente no país - os quais totalizam 1,2 milhão de hectares.

"Podemos evitar vários conflitos com o afinamento entre o Executivo e o Judiciário, respeitando e sem nenhum prejuízo ao marco legal existente", afirmou ao **Valor** o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes.

Uma das preocupações do Incra é o desrespeito de alguns juízes à Lei Complementar 76 de 1993, a qual prevê o "rito sumário" no processo de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária em casos de interesse social. Além do descumprimento dos prazos fixados pela legislação, lamentou o presidente do Incra, a instituição acaba com os recursos depositados para levar as desapropriações adiante imobilizados. "A sociedade brasileira tem que saber que o processo da reforma agrária é complexo e merece atenção", acrescentou Guedes.

O CNJ já teve um fórum para tratar de assuntos fundiários. O colegiado foi criado pelo ex-ministro Cezar Peluso a fim de acompanhar os julgamentos referentes à reforma agrária e crimes cometidos no campo, mas em seguida o ex-ministro Carlos Ayres Britto o desativou. Até agora, Joaquim Barbosa não tomou uma posição sobre o assunto.

Para o advogado Paulo Daetwyler Junqueira, do escritório Junqueira & Associados, a preocupação do Incra é um "exagero". "O trâmite burocrático de qualquer ação judicial no Brasil é altamente complexo. Não é um problema do Incra, é um problema geral", argumentou o especialista nas áreas ambiental, agrária e tributária rural, segundo quem ambos os lados têm direito a recursos e os juízes não podem emitir suas decisões quando não há segurança jurídica. "A Justiça está com uma quantidade absurda de ações."

Até agora, o governo Dilma Rousseff tem sido alvo de críticas dos movimentos sociais do campo por ter desacelerado a reforma agrária. Recentemente, porém, a presidente prometeu aos trabalhadores rurais que acelerará a reforma agrária. Mesmo assim, reafirmou que sua prioridade é elevar a produtividade dos assentamentos e reduzir a pobreza extrema no campo.

Seguindo essa diretriz, o Incra realiza uma seleção para projetos de agroindustrialização de assentamentos. Busca também assegurar, em conjunto com outros órgãos do

Executivo, que o programa Brasil Sem Miséria ajude os integrantes de assentamentos onde há pobreza extrema a sobreviverem com a própria produção.

Além disso, um estudo do Inca baseado no Censo de 2006 identificou 871 municípios onde há um "hiato de produtividade" na comparação entre os assentamentos da reforma agrária e as propriedades onde é praticada a agricultura familiar. O órgão estima existir um potencial para ampliar a produtividade dos assentamentos em 75%. O estudo está sendo atualizado, mas o Inca já enviou assistência técnica para 485 assentamentos a fim de reduzir tal diferença. A expectativa do governo é que os reflexos positivos da iniciativa já sejam sentidos na próxima safra.

A estratégia do Inca para aumentar a produtividade e a renda nos assentamentos também prevê a definição de linhas de produção orgânica ou agroecológica, uma maior atuação dos assentados no setor de agroenergia e a valorização de produtos e serviços ligados à biodiversidade local. Uma das ideias é transformar os assentamentos localizados na região amazônica em viveiros das mudas que precisarão ser usadas para recuperar áreas de imóveis rurais em decorrência da aprovação do novo Código Florestal.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa